



Senadores defendem Lei da Ficha Limpa

Julgamento da lei pelo STF, amanhã, enseja série de discursos e é tema de debate em comissão; Cássio Cunha Lima toma posse hoje

A aplicação da Lei da Ficha Limpa para 2012 foi defendida ontem em Plenário por vários senadores, que prometem acompanhar julgamento

que o Supremo Tribunal Federal (STF) fará amanhã. Hoje, a Comissão de Direitos Humanos debate o assunto, às 14h, com representantes da OAB, CNBB e ABI. Mais tarde,

Cássio Cunha Lima assume o cargo de senador, em obediência à decisão do STF, que não reconheceu a validade da lei para 2010. Ele substitui Wilson Santiago. **4 e 5**



Mônica Moura/Senado Federal

Comissão de Relações Exteriores ouviu integrantes das Forças Armadas

Militares dizem que investimento em defesa é fundamental na era do pré-sal

Com apoio de outros representantes das Forças Armadas, almirante diz que Marinha precisa de R\$ 223 bilhões até 2030 para garantir soberania. **7**

CAE busca novos termos para dívidas de estados e municípios **2**

Senadores analisam se FGTS poderá ser usado em obras da Copa **6**

Novo Código Florestal será votado hoje em comissões

Proposta será apreciada em reunião conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). **6**

Marco Ferrandis - SCOMS/UFRJ

Sala de aula da UFRJ: Rio de Janeiro foi o primeiro estado a adotar sistema de cotas sociais



especial Cidadania

Uma década de cotas, dez anos de polêmica

Sistema que prevê cotas raciais e sociais em universidades completa dez anos, mas ainda enfrenta resistências. **8**

Lia de Paula/Senado Federal



Comissão ouve propostas de entidades ao Orçamento **3**

Quilombolas reivindicam titulação de terras

Na Comissão de Direitos Humanos, representantes dessas comunidades denunciaram ameaças contra regularização fundiária. **3**

Ao lado do senador Paulo Paim (D), ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros

Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos defendem renegociação dos termos do ajuste fiscal firmado por estados e municípios com a União em 1997

Clima favorável à revisão das dívidas com a União

SENADORES QUEREM URGÊNCIA na definição de novas bases para os juros e para a correção da dívida dos estados e municípios com a União. O assunto ganhou destaque na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em função de projeto de resolução (PRS 42/11), do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que flexibiliza os atuais critérios de adimplência desses entes federativos na renegociação de débitos com as próprias instituições financeiras credoras.

A proposta pode ser analisada pela comissão hoje. O líder do governo e relator do texto, Romero Jucá (PMDB-RR), já apresentou um substitutivo, mas pediu o adiamento da votação para aguardar parecer solicitado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Para ele, o texto tem o mérito de tentar resolver um "problema real" enfrentado pelos governos estaduais e municipais junto às instituições financeiras.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) considerou, na terça-feira passada, o projeto importante, mas alertou para a necessidade



O líder do governo, Romero Jucá, concorda que o assunto deve entrar em pauta

de o Senado ir além. Para ele, não se pode "cruzar os braços". O senador sugeriu a busca de negociação com o Ministério da Fazenda, onde disse existir interlocutores conscientes de que a dívida chegou a um ponto em que ficou impagável.

Conforme Lindbergh, o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, instituído em 1997, foi adotado em outro contexto. A taxa básica de juros (Selic), de 38% no final de 1997, hoje está em 11,5%. No entanto, estados e municípios estão pagando juros à União entre 17,3% e

20,3%, observou.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que a CAE realizará audiência sobre o tema. Romero Jucá concordou que o assunto precisa entrar na ordem do dia. Por conta disso, seu partido deliberou que é necessário mudar o indexador das dívidas.

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que, se nada for feito, ainda está por vir o pior da questão das dívidas com a União: ao fim dos prazos de pagamento – a partir de 2023 –, os estados terão de pagar o saldo devedor, em dez prestações iguais.

Vanessa comemora nova lei do salário mínimo



Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem a confirmação – pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada – da lei que permite ao presidente da República fixar por decreto o valor do salário mínimo.

Segundo a senadora, a nova lei do salário mínimo, aprovada no início do ano pelo Congresso, "não apenas fixa um novo valor do salário mínimo", mas estabelece uma política para sua valorização e recomposição, baseada na inflação do ano anterior e a variação do produto interno bruto (PIB).

Vanessa citou pesquisa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que compara a situação de trabalhadores contratados e trabalhadores terceirizados. A pesquisa levou em conta valor dos salários, jornada de trabalho, rotatividade e incidência de acidentes de trabalho.

A parlamentar registrou também a realização da 16ª Conferência Estadual do PCdoB no último fim de semana, em Manaus. Durante o evento, foi eleita a nova direção que deverá coordenar as eleições municipais de 2012.

Russo apoia novo índice para débitos dos estados

A aplicação de um novo índice para a cobrança de juros sobre as dívidas dos estados com a União foi defendida ontem pelo senador Antonio Russo (PR-MS). Ele disse que seu estado tem uma dívida de aproximadamente R\$ 6,6 bilhões com a União, o que dificulta os investimentos públicos.

Russo pediu atenção para o Projeto de Resolução 42/11, de Casildo Maldaner (PMDB-SC), que flexibiliza os critérios de adimplência dos estados na renegociação com as instituições financeiras. Ele explicou que isso é um pedido de diversos governadores. A intenção é reduzir de 15% para 9% o comprometimento da receita do estado com os pagamentos.

– Em junho, o ministro [da Fazenda] Guido Mantega acenou com a possibilidade de manter os índices atuais, mas criar um teto, que poderia ser a partir da taxa Selic, e deter um pouco o rápido crescimento das dívidas – disse.

Russo elogiou a iniciativa de senadores de promover um ciclo de debates sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Divulgados os vencedores do Concurso de Redação

Foram divulgados ontem os nomes dos três primeiros colocados no IV Concurso de Redação do Senado Federal, cujo tema é "O Brasil que a gente quer é a gente quem faz". As redações vencedoras são: em 1º lugar, "Beija-Flores Brasileiros", escrita por Matheus Oliveira Faria, do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais; em 2º lugar, "Viagem Democrática Rumo ao Progresso", de Janaina Santana Vilela, do Colégio Estadual Jandira Bretas Quinan, em Goiás; e "Direito Irrevogável",

de Carlos Vinícius do Carmo Araújo, do Centro Educacional São Francisco, do Distrito Federal.

A premiação será realizada no dia 16, às 10h, no auditório do Interlegis. O objetivo do concurso é promover a reflexão sobre o processo democrático e o exercício da cidadania.

Foram selecionadas 27 redações de alunos com idade entre 16 e 19 anos, do 2º e do 3º ano do ensino médio, matriculados nas escolas públicas de cada uma das unidades da Federação.

Além dos três vencedores, todos os demais finalistas participarão do Projeto Jovem Senador, com "mandato" de três dias, quando os jovens parlamentares poderão simular como é o funcionamento do processo de criação das leis.

Os 27 finalistas ganharão *notebooks*, medalhas, certificados e publicação das redações em livretos produzidos pelo Senado. As escolas dos três primeiros lugares serão presenteadas com computadores, livros e DVDs para o acervo da instituição.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h35 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Projetos de lei de conversão

14h A pauta está trancada por três projetos de lei de conversão – o PLV 26/11 autoriza o CMN a estabelecer condições para negociar contratos de derivativos; o PLV 28/11 constitui fonte de recursos adicional ao BNDES; e o PLV 29/11 institui o Reintegra e dispõe sobre a redução do IPI à indústria automotiva.

Presidência Fiscalização de obras

15h30 José Sarney recebe o *Relatório de Fiscalização de Obras*. O documento será entregue pelo presidente do TCU, Benjamin Zymler, e pelo ministro Raimundo Carreiro. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT/CRA Votação do Código Florestal

8h30 Reunião conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia e a de Agricultura e Reforma Agrária para votar o projeto do novo Código Florestal.

Previdência Advocacia pública

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social debate "Advocacia pública como função essencial à Justiça: análise da estrutura atual e projeção para o futuro nos três níveis da Federação".

CDR 5º Simpósio Amazônia

9h30 A Subcomissão Permanente da Amazônia é parceira da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados, na realização do 5º Simpósio Amazônia.

CAE Acesso de bancos cooperativos ao FAT

9h30 Na pauta de 14 itens, projeto que autoriza o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do FAT. Após a reunião, audiência com a presença do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que vai falar sobre operações financeiras.

CDH Mulheres e Ficha Limpa

10h/14h Debate sobre os direitos das mulheres nos programas e ações das propostas do Plano Plurianual 2012–2015 e do Orçamento para 2012, e sobre os direitos à liberdade de crença, dos idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e LGBTs. Convidadas a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairos. Às 14h, debate sobre o julgamento da Lei da Ficha Limpa no Tribunal Superior Eleitoral, com os presidentes da ABI, Maurício Azêdo; da OAB, Ophir Cavalcante; e da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis.

CE Progressão continuada no ensino

11h Um dos projetos em análise impede a imitação de marcas comerciais. Outro dispõe sobre a avaliação e o reforço pedagógico nos sistemas de ciclos e regimes de progressão continuada no ensino fundamental.

CMA Serra da Canastra

12h30 Reunião na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para analisar, entre outros, projeto que cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra.

CCJ Sabatinas

14h Sabatina da promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios Claudia Maria de Freitas Chagas e do procurador da República Mario Luiz Bonsaglia, indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público.

CI/CAE Concessões do setor elétrico

14h Audiência pública conjunta para debater a renovação das concessões do setor elétrico, com a participação dos secretários executivos do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, e do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

CMO Orçamento e Plano Plurianual

14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para exame dos relatórios da proposta orçamentária para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012–2015, além de projetos que autorizam créditos para vários ministérios.

Mercosul Propaganda eleitoral em rádio e TV

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul se reúne para discutir projeto que trata da divulgação institucional e da propaganda eleitoral em rádio e TV para as eleições diretas ao Parlamento do Mercosul.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Entidades sociais apresentam sugestões para Orçamento

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ouviu hoje, às 10h, as opiniões e sugestões de ministros, entidades sociais, políticos e dirigentes de órgãos ligados aos direitos das minorias para a elaboração de programas e ações da proposta do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2012.

O debate vem na sequência de ciclo de 11 seminários regionais que estão sendo realizados para coletar sugestões da população para ações em relação às duas propostas.

O ciclo é organizado pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e pelo relator do PPA, senador Walter Pinheiro (PT-BA).

O relatório preliminar do Orçamento deve ser analisado nesta semana, e o PPA está em fase de recebimento de emendas. Os dois textos podem incorporar iniciativas de emendas da população.

A audiência pública de hoje tem objetivo de incluir nas peças orçamentárias ações voltadas a assegurar direitos das mulheres, minorias religiosas, idosos, negros, indígenas e pessoas com deficiências, além de crianças e adolescentes e lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Para o encontro, foram convidados, entre outros, as ministras Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além de representantes dos vários segmentos interessados, senadores e deputados.



Richard Torsiano, ministra Luiza Bairros, senador Cristovam Buarque, Paulo Maldos, Edmilton Cerqueira e Eloi Ferreira de Araujo na audiência da CDH

Quilombolas pedem regularização de suas terras e apontam ameaças

Em debate sobre o assunto promovido pela Comissão de Direitos Humanos, representantes de comunidades quilombolas reclamaram das resistências que têm enfrentado. Inbra tem mais de mil processos de titulação

NO MESMO DIA em que foi lançada a Campanha em Defesa dos Direitos do Povo Quilombola, com a realização de marcha na Praça dos Três Poderes, em Brasília, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) promoveu audiência pública sobre a regularização das terras quilombolas. Segundo os representantes dessas comunidades, a regularização enfrenta uma série de resistências, as quais estariam resultando até em assassinatos.

Segundo a ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão vinculado à Presidência da República, a questão

fundiária “é a mais difícil de todas para os quilombolas” e exige “uma luta inclusiva dentro do governo”.

– E é difícil não apenas por sermos negros, mas porque estamos declarando como propriedade coletiva um pedaço do território brasileiro. Trabalhamos contra paradigmas e contra a legislação – afirmou.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, há cerca de 3.500 comunidades quilombolas identificadas no país, das quais pouco mais de 1.700 estão certificadas (a Fundação Cultural Palmares é a responsável pela certificação). No

entanto, informa a entidade, apenas 189 comunidades já obtiveram a titularidade – que dá a garantia legal – sobre as terras.

A titulação é feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra). Segundo o governo, há no Inbra cerca de 1.080 processos de titulação de terras quilombolas.

– Queremos resolver o problema que o Estado deixou – protestou Ivo Fonseca, coordenador executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), entidade que promove a Campanha em Defesa dos Direitos do Povo Quilombola.

Paim relata atividades no Rio Grande do Sul durante fim de semana

Paulo Paim (PT-RS) fez ontem relato das atividades das quais participou em seu estado no fim de semana. Paim disse que, nas palestras que proferiu e nas reuniões e debates de que participou, foram discutidas questões sindicais, a Previdência Social, o Estatuto do Idoso, avanços sociais e até mesmo o novo Código Florestal.

Em Passo Fundo, onde proferiu palestra sobre o envelhecimento humano, o Estatuto do Idoso, resultante de projeto de sua autoria, e políticas públicas para esse segmento, Paim disse que foi abordado, ainda, o déficit da Previdência Social. O senador afirmou que a Previdência não é deficitária, e, por isso, não é necessário criar mais impostos para custeá-la.

Se todos os recursos arrecadados em nome da seguridade social fossem aplicados em saúde, assistência social e previdência, disse Paim, daria para acabar com o fator previdenciário, garantir aos aposentados o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo “e ainda sobraria dinheiro”.

O senador também mencionou a realização de audiência pública ontem sobre a situação das populações remanescentes dos quilombos (veja ao lado). Cerca de 3 mil pessoas vieram a Brasília participar de marcha pedindo a titulação das terras que ocupam.

Paim relatou ainda reunião com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e o relator, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), sobre a inclusão de emenda ao Orçamento que garanta o reajuste do salário mínimo aos aposentados que ganham acima do piso.

Denúncias de perseguições e protestos contra ação no STF

Vários quilombolas denunciaram perseguição. Um dos casos citados foi o de Flaviano Pinto Neto, líder quilombola assassinado a tiros no Maranhão – os suspeitos do crime são fazendeiros. Em outro caso, integrantes da Marinha foram acusados de ameaçar e praticar

violência contra os habitantes da comunidade Rio dos Macacos (BA) – a Marinha entrou com uma ação de despejo.

Também houve protestos contra a ação do DEM que questiona, no STF, a constitucionalidade do Decreto 4.887/03, que regulamenta “o

procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”. Os quilombolas atribuem a ação às pressões da chamada bancada ruralista.

Além de reivindicações políticas, manifestações típicas

Durante a audiência na CDH, um grupo de quilombolas fez manifestação cantando músicas típicas de suas comunidades. Eles chegaram a interromper o debate

para protestar contra a falta de espaço para todos. A reunião foi retomada após os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS), presidente da

CDH, informarem que mais duas salas estavam disponíveis (com telões) e que os representantes dos quilombolas teriam a oportunidade de se manifestar.



Paulo Paim, presidente da CDH, garante condições para que manifestantes de comunidades quilombolas acompanhem o debate na comissão

Cássio Cunha Lima toma posse hoje no cargo de senador

Candidato mais votado da Paraíba nas eleições para o Senado em 2010, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) toma posse hoje às 18h. A data foi marcada pela Comissão Diretora do Senado. — É um caso específico que diz respeito à validação da recontagem dos votos por conta da Lei da Ficha Limpa. Então, nós temos apenas que cumprir a decisão judicial. Não podemos ter quatro senadores com diploma — disse o 4º secretário, Ciro Nogueira (PP-PI), que apresentou o parecer sobre o caso. Cunha Lima teve o registro de candidatura inicialmente negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ter sido cassado por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006 para o governo paraibano. No dia 19 de outubro, no entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou sua posse imediata, por não reconhecer

a possibilidade de aplicação da Lei da Ficha Limpa no pleito de 2010.

Com a posse de Cássio, perde o mandato o peemedebista Wilson Santiago, que ocupa o cargo desde 1º de fevereiro em decorrência do impedimento de Cássio. Nas eleições de 2010, o tucano recebeu mais de 1 milhão de votos para o Senado na Paraíba. Com 820 mil votos, Santiago foi o terceiro mais votado na disputa, atrás do senador Vital do Rêgo (PMDB), que obteve 860 mil votos.

João Capiberibe (PSB-AP) também foi autorizado pelo STF a tomar posse, mas Ciro Nogueira disse que o caso só será discutido pela Comissão diretora quando a Justiça Eleitoral do Amapá se manifestar sobre a decisão do STF.

— O Senado ainda não foi comunicado sobre a decisão — afirmou Ciro Nogueira.

Parlamentares deverão acompanhar amanhã o julgamento em que os ministros do Supremo Tribunal Federal decidirão se a norma é constitucional ou não; a lei, sancionada no ano passado e originada de projeto de iniciativa popular, proíbe candidatura de políticos que tenham sido condenados por colegiado da Justiça e a dos que tenham renunciado ao mandato para escapar da cassação

Senadores esperam que o Supremo declare válida a Lei da Ficha Limpa

O JULGAMENTO DA constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para amanhã, tem mobilizado os senadores. O tema foi citado diversas vezes ontem no Plenário. A norma, sancionada em junho do ano passado, estabelece os casos em que políticos não podem se candidatar. O texto proíbe candidaturas de políticos condenados por crimes em decisões colegiadas (de segunda instância) e dos que renunciaram ao mandato para escapar de cassação. O objetivo da norma é proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício dos mandatos.

Hoje, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debate o assunto, por iniciativa de seu presidente, Paulo Paim (PT-RS). A audiência pública terá a participação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalante, do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Raymundo Damasceno Assis, do presidente da

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo, e de Jovita José Rosa, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Essas entidades apoiaram a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Agora, querem sua validação pelo STF.

Depois da audiência da CDH, informou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente da OAB terá um encontro com o ministro Luiz Fux, do STF, para falar do tema.

Simon disse que, no dia do julgamento, vários parlamentares estarão no plenário do STF para defender a Lei da Ficha Limpa.

O STF se manifestou duas vezes. Na primeira, em julho, cinco ministros votaram a favor e cinco contra a constitucionalidade. A decisão foi adiada. Na segunda vez, o STF se contrapôs ao entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e decidiu que, para atender ao princípio da anualidade da norma eleitoral, a Ficha Limpa não poderia valer nas eleições do ano passado. Amanhã o STF deverá dar sua decisão final.



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) analisa a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa: ministros também decidirão se norma se aplica às eleições do ano passado

Heleon Jr./SCD/STF



Senador Ciro Nogueira, 4º secretário da Mesa, explica parecer pela posse

Wilson Santiago vai recorrer ao STF para recuperar mandato

Wilson Santiago disse ontem à Rádio Senado que vai recorrer mais uma vez ao STF e ao TSE da decisão que autoriza a posse de Cássio Cunha Lima. — Como é que alguém pode ser senador se a própria lei diz, e as decisões judiciais comprovam, que ele está inelegível? — questionou o peemedebista, que ficou em terceiro lugar na disputa para o cargo nas eleições de 2010 e deverá deixar o mandato com a posse do tucano. — Se ele, ou qualquer um, exerce um mandato *sub judice*, com certeza poderá ser substituído ou afastado a qualquer momento. Acredito na Justiça. Em seus discurso de despedida no Plenário, Santiago considerou um contrassenso a decisão do Supremo diante da vontade da sociedade de ver a

defesa do patrimônio público e da moralidade.

O peemedebista fez um balanço de sua atuação no Senado. Mencionou projetos que apresentou nos dez meses de mandato, como o que torna obrigatória a identificação do motociclista no capacete (PLS 453/11); o que cria a Zona Franca do Semiárido Nordeste (PEC 18/11); o que reduz o Imposto de Renda Pessoa Física sobre ganhos de capital na alienação de imóveis dotados de equipamentos de energia solar ou eólica (PLS 449/11); e o que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Rural Federal da Paraíba (PLS 398/11).

O parlamentar destacou, ainda, pronunciamentos em Plenário, como o que reivindicava melhores salários para os policiais e o que pedia mais universidades públicas e centros tecnológicos para capacitação de jovens. Também em entrevista à Rádio Senado, Cunha Lima disse que a sua posse na Casa encerra um capítulo “difícil de sua vida pessoal”.

— Prevaleceu a vontade soberana do povo da Paraíba, que me elegeu com mais de 1 milhão de votos. Venceu a democracia e, portanto, fortalecem-se as instituições porque o Senado cumpre a decisão do Supremo e respeita naturalmente a vontade popular — afirmou.



Para senador, decisão será democrática

Pedro Simon espera que amanhã seja um dia histórico

A expectativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS) é de que haja um grande acontecimento amanhã, quando o Supremo deve decidir sobre a validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2012. A lei proíbe a candidatura de políticos condenados por decisões colegiadas ou que renunciaram a mandato eletivo para escapar de cassação.

— Vai ser um ato bonito e democrático — previu.

Simon observou que o primeiro voto será o do relator, ministro Luiz Fux, que ainda não era ministro na primeira votação sobre a validade da lei, empatada em cinco votos a favor e cinco contra, em setembro do ano passado. Em março deste ano, o ministro desempateou em favor da não aplicação da lei às eleições de 2010.

À época, seis ministros entenderam que a aplicação da Lei da Ficha Limpa em 2010 seria inconstitucional, por não ter entrado em vigor no mínimo um ano antes das eleições.

Para Pedro Simon, haverá uma grande mudança a partir da decisão de amanhã do Supremo, colocando fim à impunidade propiciada pelos vários recursos possíveis antes de uma condenação definitiva.

Decisão contrária viola Constituição, defende Taques

Uma decisão do STF contra a Lei da Ficha Limpa seria uma violação à Constituição, avaliou Pedro Taques (PDT-MT). Para ele, o Supremo só poderia decidir assim se a Constituição não contivesse indicativo sobre o que fazer nesse caso, mas o artigo 14 prevê que lei complementar estabelecerá casos de inelegibilidade para proteger a moralidade para exercício de mandato, considerada a vida progressa do candidato.

— A Constituição já fez a opção do caminho a ser trilhado ao falar em vida progressa. Portanto, não cabe ao STF decidir de acordo com a sua vontade e violar o que está escrito na Constituição — afirmou. Até as indicações para o próprio STF podem ser rejeitadas pelo Senado com base na análise da vida progressa, o que mostra que o princípio da presunção de inocência não é absoluto, disse.

Contra o argumento de que a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2012 ofenderia o princípio da irretroatividade da lei, Taques assinalou que a Constituição prevê que a lei penal não poderá retroagir, a não ser que o objetivo seja beneficiar o réu. No caso da Ficha Limpa, não haveria ofensa por não se tratar de lei penal.



Para Taques, Constituição indica o caminho



Senadora quer a lei vigorando em 2012

Para Ana Amélia, legislação é forma de melhorar partidos

Ana Amélia (PP-RS) destacou ontem a importância da Lei da Ficha Limpa. Ela lembrou que a aprovação no Congresso ocorreu devido à iniciativa popular.

— Esperamos que, na eleição de 2012, a Lei da Ficha Limpa seja uma exigência legal para os partidos. É uma forma de melhorar a qualidade e a responsabilidade — afirmou.

A senadora contou que, em muitos municípios do seu estado, já há leis que exigem ficha limpa dos ocupantes de cargos em comissão. Segundo ela, a assembléia legislativa gaúcha está votando uma lei com o mesmo teor destinada aos candidatos a cargos eletivos.

Ana Amélia informou que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai realizar audiência pública hoje, a partir das 14h, para debater a importância da legislação. A reunião vai contar com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público, da magistratura e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com a senadora, outra audiência, às 17h, vai contar com a presença do ministro Luiz Fux, relator da lei no STF.

Rodrigo Rollemberg confia em decisão favorável à lei

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) declarou ter “profunda confiança” no Supremo em relação ao julgamento da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

A lei, apontou o senador, é produto de um movimento histórico em que cidadãos liderados por entidades de credibilidade, como a Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Movimento Nacional de Combate à Corrupção, coletaram milhões de assinaturas para garantir a apresentação de um projeto de iniciativa popular.

O senador também recordou a polêmica relativa à aplicação imediata da Lei da Ficha Limpa nas últimas eleições. A questão, disse, só foi resolvida no primeiro semestre de 2010, quando o STF entendeu que a norma teria que respeitar o princípio da anualidade e não poderia ser aplicada naquele pleito.

No julgamento da Lei da Ficha Limpa, concluiu o senador, o STF saberá compreender e decifrar os sinais das manifestações populares, que buscam o aperfeiçoamento da democracia e a melhoria da qualidade da representação política.



STF irá ao encontro da sociedade, diz



Demóstenes aposta em 7 a 4 a favor

Ficha Limpa é constitucional, avalia Demóstenes

Demóstenes Torres (DEM-GO) defendeu a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, lamentando que a lei não tenha sido aplicada nas eleições de 2010.

— Se a lei tivesse sido aplicada desde o ano passado, teríamos um quadro diferente no Senado. Segundo o senador, o STF mudou seu entendimento sobre a aplicação da lei, já que a anualidade não costumava ser aplicada quando se tratava de critério eleitoral. Demóstenes chegou a arriscar um placar: 7 a 4 a favor da constitucionalidade da lei.

A Ficha Limpa foi aprovada por unanimidade no Senado, em maio de 2010, lembrou Demóstenes, que elogiou a atuação dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Pedro Taques (PDT-MT).

O senador também criticou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Demóstenes apontou que 4 milhões de estudantes se submeteram ao Enem e 376 mil formandos em curso superior fizeram o Enade. O grande reprovação nessas provas aplicadas pelo governo federal e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), afirmou.

Iniciativa popular é destacada por Ângela Portela

A senadora Ângela Portela (PT-RR) chamou a atenção para dois fatos importantes que acontecem esta semana: além da decisão sobre a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa pelo STF, a análise da regulamentação da Emenda 29 pelo Senado.

Sobre a Ficha Limpa, a parlamentar lembrou que muitos senadores são favoráveis à validade da lei já na eleição municipal do ano que vem. Para ela, o ponto mais importante da lei é o que impede a candidatura de políticos com condenações em tribunais colegiados de segunda instância. Ângela Portela destacou que a lei foi uma proposta de iniciativa popular que chegou ao Congresso com mais de 1 milhão de assinaturas.

Quando à Emenda 29, a senadora recordou o fato de o Brasil ser o único país com mais de 100 milhões de habitantes a experimentar um sistema universal, público e gratuito de saúde. Hoje, informou, 145 milhões de brasileiros dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) para ter assistência médica, “algo sem paralelo no mundo”.

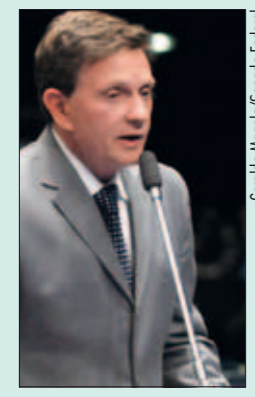
O senador também criticou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Demóstenes apontou que 4 milhões de estudantes se submeteram ao Enem e 376 mil formandos em curso superior fizeram o Enade. O grande reprovação nessas provas aplicadas pelo governo federal e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), afirmou.



Ângela: 1 milhão de assinaturas

Crivella pede que Câmara mude partilha da renda do petróleo

Em pronunciamento, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que a divisão dos royalties do petróleo não vai combater a desigualdade regional. Segundo ele, o projeto que trata da matéria, aprovado recentemente no Senado e encaminhado



Marcelo Crivella

para a Câmara, beneficia apenas os estados mais ricos.

— Não podemos abrir mão dos royalties do petróleo para mandar para São Paulo, Paraná, Santa Catarina. Eles podem esperar por 2018, [quando] vamos ter royalties para dividir com todos e todos vão ganhar — disse o senador, referindo-se à exploração futura de petróleo na camada pré-sal.

Crivella afirmou que o projeto aprovado no Senado provoca um prejuízo de R\$ 3,5 bilhões nos cofres do estado do Rio de Janeiro e de R\$ 1 bilhão nos do Espírito Santo.

— Isso vai quebrar o Rio. Não podemos fazer bonito com o chapéu dos outros, comprometendo compromissos assumidos com a Copa do Mundo — afirmou.

O senador disse que confia nas tradições cívicas da Câmara e no espírito de justiça da presidente Dilma Rousseff, no que se refere a eventuais alterações ao projeto.

Ele lembrou que a população do Rio fará hoje uma manifestação contra o projeto.

Rio vive guerra civil e não pode perder royalties, diz Lindbergh

A cidade do Rio de Janeiro vive uma situação de guerra civil, declarou ontem o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele lamentou a morte do cinegrafista Gelson Domingos, da Rede Bandeirantes, ocorrida em operação policial numa favela carioca.



Lindbergh Farias

Na avaliação do senador, essa seria uma forte razão para que seu estado não tivesse reduzido os repasses dos royalties do petróleo, conforme prevê projeto aprovado no Senado no mês passado.

— Muita gente, deputados e senadores, quando vão ao Rio de Janeiro, devem ir apenas a Copacabana, Ipanema

ou Leblon. Não conhecem os problemas existentes, por exemplo, na Baixada Fluminense, como a falta de água — disse ele, afirmando que seu estado está sendo vitima de “uma grande injustiça”. Lindbergh convidou a população do Rio a participar carioca.

de ato público, na quinta-feira, para protestar contra a redistribuição dos royalties. Magno Malta (PR-ES) salientou em aparte que a presidente Dilma Rousseff considerou inadequadas “certas partes” do projeto sobre a redistribuição dos royalties e se comprometeu a estudar o assunto em reunião com as bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Magno Malta afirma que Dilma prometeu rever distribuição

A presidente Dilma Rousseff, em reunião ontem com a base do governo no Congresso, sinalizou com uma revisão da divisão dos royalties do petróleo, segundo Magno Malta (PR-ES).

Conforme o senador, Dilma teria dito que a proposta aprovada no Senado teria sido “um exagero” e pediu calma a ele. Magno Malta lembrou que já existe uma ação no Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade do projeto.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), em aparte, confirmou o relato sobre a reunião. Magno disse que Crivella apontou o desequilíbrio que a aplicação da



Magno Malta

proposta causará, uma vez que diversos estados, como São Paulo, Santa Catarina e Paraná são beneficiados com maiores receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Lindbergh Farias (PT-RJ) cumprimentou Magno Malta por sua posição em defesa dos estados produtores de petróleo e apontou perdas de R\$ 1,5 bilhão para o estado do Rio e R\$ 1,8 bilhão para os municípios fluminenses, em 2012, que levarão ao fechamento de postos de saúde e escolas. Magno Malta ainda lamentou comentários ofensivos nas redes sociais da internet sobre o câncer de laringe do ex-presidente Lula.

Se for aprovado na reunião conjunta de hoje, texto será apreciado pela Comissão de Meio Ambiente. Relator afirma que fez mudanças na proposta de modo a evitar interpretações equivocadas de que norma incentiva o desmatamento

Comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia votam novo Código Florestal



Relator Luiz Henrique diz que suas mudanças evitarão ações judiciais

O PROJETO DO novo Código Florestal será votado hoje, em reunião conjunta, pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Na semana passada, por ocasião da última reunião conjunta, foi concedida vista coletiva para que os parlamentares pudessem estudar o relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

O projeto do novo Código Florestal já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, onde sofreu alterações de mérito para evitar conflitos com a Constituição.

Em seu voto, Luiz Henrique

descreve os aprimoramentos que incluiu no texto, entre os quais as mudanças no artigo 8º, que visaram, segundo ele, evitar interpretações que pudessem dar noção de incentivo ao desmatamento – mediante a fixação da data limite de 22 de julho de 2008 para a concessão de anistia a produtores rurais que foram autuados por crimes ambientais.

Para evitar problemas judiciais, Luiz Henrique descreveu detalhadamente as atividades consideradas de utilidade pública, de interesse social e de baixo impacto que poderão ser realizadas em área de preservação permanente.

O parlamentar estabeleceu

ainda em seu relatório as bases para a criação de incentivos econômicos, preferências, privilégios e remuneração para a compensação de serviços ambientais prestados sobretudo por pequenos produtores rurais.

Após as votações na CRA e na CCT, o projeto deverá ser apreciado, no dia 22, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), afirmou que os entendimentos em torno do projeto do novo Código Florestal estão praticamente concluídos. Segundo ele, agora há espaço para poucas mudanças.

Eduardo Braga quer mais incentivos à preservação

Eduardo Braga (PMDB-AM) apoiou a ampliação, no projeto do novo Código Florestal, dos mecanismos de incentivo à preservação da floresta. O senador preside a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A inclusão desses incentivos econômicos e financeiros é positiva para a floresta, na opinião de Braga, que defende a ampliação desses mecanismos pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde o projeto ainda tramitará antes de ser votado pelo Plenário. Os incentivos, segundo o senador, dariam mais oportunidade de renda para extrativistas e indígenas.

– Defendemos a floresta com todas as forças de nossa convicção, mas o fazemos com o coração e a mente voltados para o povo pobre, que vive na floresta e em suas cercanias – disse.

Outra medida importante para garantir renda à população do estado do Amazonas é a prorrogação, por mais 50 anos, da vigência da Zona Franca de Manaus e a ampliação dos incentivos à região metropolitana da cidade. A proposta de emenda à Constituição que trata do assunto foi assinada pela presidente Dilma Rousseff e ainda terá de passar pela Câmara e pelo Senado, comentou.

– Garantir a consolidação da

Zona Franca e das indústrias do Polo Industrial de Manaus é o ponto de partida para que essa mudança qualitativa seja alcançada, com mais emprego e mais renda para a população – afirmou o senador.

Braga também referiu-se à regulamentação da Emenda 29, que deve ser votada pelo Senado nos próximos dias. O projeto (PLS 121/07), já aprovado pela Câmara, estabelece valores mínimos a serem aplicados anualmente em saúde: estados deverão investir 12% da receita corrente bruta, e municípios, 15%. Para a União, não há percentual fixo, já que o valor será calculado com base



Eduardo Braga também defende prorrogação da Zona Franca de Manaus

no montante do ano anterior e na variação do produto interno bruto (PIB).

Senado definirá limite do Parque da Serra da Canastra, em MG

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) vota hoje, em decisão terminativa, o projeto que redefine os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas.

O Decreto 70.355/72 estabeleceu área de 200 mil hectares para o parque. No entanto, apenas 70 mil foram implementados.

Isso gerou conflitos por interesses ambientais (o parque abriga a nascente do rio São Francisco) e econômicos (atividades agrícolas e de mineração).

Segundo o Projeto de Lei da

Câmara 148/10, dos deputados Odair Cunha (PT-MG) e Carlos Melles (DEM-MG), o parque teria 150 mil hectares. Os outros 50 mil seriam áreas de proteção ambiental (APAs).

Pelo substitutivo do relator da matéria, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), em lugar das APAs, os 50 mil hectares seriam monumentos naturais, o que garantiria grau de preservação mais elevado, mas convivendo com atividades econômicas de baixo impacto ambiental.

CDR discute amanhã produção de biocombustível no Nordeste

O biocombustível produzido no Brasil será debatido amanhã pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). Conforme sugestão da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), o foco é o aumento da produção, em especial no Nordeste. Para falar sobre o assunto, foi convidado o presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rossetto.

O biocombustível é produzido a partir de fontes renováveis, como produtos agrícolas (cana-

de-açúcar e plantas oleaginosas), gordura animal ou biomassa. No Brasil, o biocombustível mais conhecido é o etanol (álcool etílico hidratado ou anidro), produzido a partir da cana-de-açúcar e disponível nos postos de abastecimento desde a década de 70. Recentemente, a Petrobras Biocombustível iniciou a produção do biodiesel, uma opção a ser adicionada ao óleo diesel de origem fóssil, gerando benefícios nas áreas de transporte e geração de energia elétrica.

Senado avalia uso do FGTS em obras da Copa

O Senado vai analisar se recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser usados, até 30 de junho de 2014, em obras da Copa do Mundo de 2014 ou dos Jogos Olímpicos de 2016. A proposta está na ordem do dia de hoje e faz parte do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/11 – proveniente da Medida Provisória 540/11 –, que também inclui concessão de incentivos fiscais para estimular a competitividade externa da indústria. O relator será José Pimentel (PT-CE).

Parte do Plano Brasil Maior, anunciado em agosto pelo governo federal, a medida era originalmente destinada a instituir o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). A versão aprovada na Câmara dos Deputados, em 26 de outubro, com emendas, passou a incluir a questão do FGTS e um conjunto de restrições à comercialização e uso de produtos derivados do tabaco. Inclui, por exemplo, aviso sobre males à saúde que ocupe 30% da face frontal da embalagem, a partir de 2016.

O Reintegra, com vigência até 31 de dezembro de 2012, devolverá ao exportador de bens industrializados o equivalente a 0,5% da receita da exportação, nos moldes da restituição do Imposto de Renda. A empresa poderá usar esses resíduos para quitar débitos tributários ou pedir ressarcimento em dinheiro. Decreto presidencial poderá elevar o percentual a até 4%.

A proposta inclui também redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das montadoras de veículos até 31 de dezembro de 2016. Essa redução, porém, está vinculada ao cumprimento de critérios de competitividade, investimento, inovação tecnológica e uso de componentes brasileiros.

Outro artigo reduz até o fim de 2012 a contribuição previdenciária patronal das empresas de tecnologia da informação, que passa a incidir sobre a receita bruta. O mesmo mecanismo, segundo o projeto, será adotado para beneficiar fábricas de vestuário, produtos têxteis, calçados, bolsas, móveis e outros.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves

e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Ana Amélia • Geovani Borges • Paulo Paim • Ângela Portela • Marcelo Crivella • Anibal Diniz • Eduardo Amorim

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Militares argumentam que fortalecimento do poder naval brasileiro é necessário para garantir a soberania nacional na defesa da área do pré-sal

Marinha precisa de R\$ 223 bi até 2030, diz almirante

O FORTALECIMENTO DO poder naval brasileiro, com o objetivo de garantir a soberania nacional sobre riquezas como as reservas de petróleo, exigirá investimentos de R\$ 223,5 bilhões até 2030. Os números foram apresentados pelo chefe do Estado-Maior da Armada, almirante de esquadra Luiz Umberto de Mendonça, em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ontem.

Até 2030, disse o almirante, será necessária a aquisição de 20 submarinos convencionais e de seis nucleares, entre outras embarcações, além da constituição de uma segunda esquadra a ser sediada em um estado ainda não definido das regiões Norte ou Nordeste. Com o investimento previsto, explicou, será possível desenvolver os mais importantes projetos da Marinha, como o programa nuclear.

– Não é megalomania. A estratégia de dissuasão é prioritária em tempos de paz e a melhor forma de se evitar conflito armado – afirmou Mendonça durante o painel “Pré-Sal: papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade”, parte do terceiro ciclo do conjunto de debates promovido pela comissão a respeito dos rumos da política externa brasileira.

Na abertura da audiência, presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF) e que contou com a presença de diplomatas de oito países, o professor Simon Rosental, da Escola Superior de Guerra (ESG), observou que o mundo só dispõe de reservas conhecidas de petróleo para os próximos 45 anos – e os Estados Unidos, para apenas dez anos. Em sua avaliação, o século 21 marcará o fim do período histórico de



Simon Rosental, da Escola Superior de Guerra, fala ao lado do almirante Luiz Umberto de Mendonça, do senador Cristovam Buarque e do brigadeiro do ar Carlos Baptista Junior

queima de petróleo como combustível.

– O Brasil descobriu o pré-sal quando no mundo as reservas declinam. O que devemos fazer? Utilizar as três Forças conjuntamente para garantir poder de dissuasão sobre toda essa área e defender a soberania e a integridade do país. É comum ouvir que não há necessidade de recursos para as Forças Armadas, pois estamos no Atlântico Sul, o lugar mais tranquilo do planeta. Há certa verdade nisso, mas o erro é o foco. A ameaça vem da linha do Equador para cima – alertou Rosental.

Área sensível

O presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista Junior, afirmou que a região onde estão localizadas as reservas do pré-sal será uma “área sensível” do território brasileiro, pois o país precisará estar preparado

para garantir “pronta resposta” a qualquer ameaça externa. Ele informou que será montado para a região um moderno sistema de controle de tráfego aéreo e disse que aguarda “com ansiedade” a decisão final do governo a respeito da compra dos novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB).

– O pré-sal é e será ponto de cobiça. Trata-se de uma riqueza que precisa ser defendida, por isso a dissuasão deve ser permanente – observou Baptista.

Cristovam observou que, se os investimentos para defesa dos recursos do pré-sal forem maiores do que os previstos para a defesa do país, isso deve ser feito com recursos provenientes dessas próprias riquezas e “não da nação brasileira como um todo”. Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a necessidade de uma atenção especial à defesa da Amazônia, apesar da ênfase atual à região onde se encontram as jazidas de petróleo.

Geovani cobra contas transparentes no Amapá



Geovani Borges (PMDB-AP) comentou ontem dados do Instituto Ethos que apontam o Amapá como o quarto estado menos transparente do Brasil em relação às contas públicas. Segundo ele, informações sobre os custos da Expofeira 2011, encerrada em 30 de outubro, ainda não estão

no portal da transparência local.

Segundo Geovani, qualquer cidadão pode verificar no portal até quanto ganha o vizinho, se for servidor estadual, mas não encontra prestação de contas da Expofeira. Especula-se que o governo tenha investido na 48ª Expofeira em torno de R\$ 7 milhões, afirmou.

O senador questionou se haverá, algum dia, garantia de poder acompanhar a execução de orçamentos públicos, pela internet, em tempo real.

– Não adianta ter o dado se ele não é acessível. Se ao cidadão é negado esse direito, então o advento da lei está escorrendo pelo ralo – disse.

No Amapá, segundo Geovani, os dados estão “mais ou menos disponíveis”, já que são de difícil localização e com informações defasadas ou atrasadas. Segundo o Instituto Ethos, falta avançar, com permissão de acesso aos bancos de dados completos, padrão de outros governos estaduais.

Lucena critica postura do governo da Paraíba



Cícero Lucena (PSDB-PB) disse ontem que, em dez meses, o governo da Paraíba já enfrentou greves em praticamente todos os setores do funcionalismo estadual. O senador lamentou que, após realizar licitação para a comunicação social no valor de R\$ 18 milhões a serem gastos até o final do ano, o governador Ricardo Coutinho tenha emitido sua primeira peça publicitária na forma de nota oficial criticando a greve dos servidores do fisco estadual.

Segundo o senador, o governo acusa os grevistas de terem recusado “intransigentemente” as propostas de reajuste salarial. O governo ainda alega não ter recursos, mas os auditores fiscais garantem que “dinheiro em caixa tem”.

O parlamentar defendeu os grevistas ressaltando a informação de que a categoria fiscal está com 30% do contingente em atividade, conforme exige a Lei de Greve. Ele também assinalou que o governo não dá condição de trabalho, pois falta combustível para o Comando Fiscal e material de expediente, além de o número de pessoal terceirizado ter sido reduzido.

– O sistema de informática está inoperante, e o governo, indiferente às cobranças dos auditores pelo restabelecimento dos serviços – disse Lucena.

Acir Gurgacz lamenta morte de cinegrafista em serviço

Acir Gurgacz (PDT-RO) lamentou a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes Gelson Domingos, ocorrida no domingo. O cinegrafista foi baleado em serviço, quando acompanhava operação de ocupação, realizada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em uma comunidade carioca.

O senador pediu que a sociedade pare de comprar drogas, cuja venda financia a compra de armamentos pelos traficantes.

Também pediu mais atenção às fronteiras brasileiras, para combater a entrada de

drogas e de armamentos.

O parlamentar citou pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) segundo a qual o crack está presente em 98% dos 4,4 mil municípios ouvidos. A pesquisa constatou ainda que 63% desses municípios relataram problemas de saúde originados pelo consumo de drogas.

Gurgacz afirmou também que 58% dos municípios comunicaram problemas de segurança e de assistência social. Entre os usuários de crack, 30% morrem em função do uso da droga em poucos meses, segundo o senador.



Acir Gurgacz apela para que sociedade deixe de financiar o tráfico ao comprar drogas

Congresso homenageia 70 anos da FAB e da Aeronáutica

Os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB) serão comemorados amanhã em sessão solene do Congresso Nacional. O evento ocorre por iniciativa do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) e do deputado Hugo Leal (PSC-RJ).

O objetivo dos parlamentares é relembrar a trajetória do principal órgão do Estado que estimulou o crescimento da aviação no país e continua sendo responsável pela soberania do espaço aéreo.

A Força Aérea Brasileira tem como missão “manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da pátria”. Sob o lema “As asas que protegem o Brasil”, a FAB pauta suas ações pela ética, prontidão operacional,

liderança, patriotismo, dever, honra, lealdade, coragem, profissionalismo, valorização do homem, hierarquia, disciplina e civismo.

A Aeronáutica também realiza diversas ações sociais em benefício da população. Os aviões têm sido deslocados para o atendimento de enfermos em área de difícil acesso, em missões de busca e salvamento, em transporte de vacinas, no caso das campanhas de vacinação, e de urnas, no caso das eleições.

A cerimônia está marcada para as 10h, no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados. Está prevista a exibição da exposição fotográfica 70 anos em 70 imagens, que esteve recentemente em cartaz na Senado Galeria.

Aos dez anos, cotas ainda geram polêmica

Pedro Pincer

Alvo de discussões, o sistema de cotas está completando em 2011 dez anos de implantação no país. O *Especial Cidadania* de hoje faz um balanço das políticas adotadas pela União, estados e municípios para incluir nas universidades e concursos públicos negros, índios, portadores de deficiência e outras categorias. Esta edição explica os critérios para quem pretende se candidatar a uma vaga com base no polêmico sistema, cujo aniversário foi lembrado em acalorada audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em setembro.



Sala de aula na Universidade Federal do Rio de Janeiro: formato do sistema varia entre instituições, que explicitam seus critérios nos editais dos vestibulares

Secorim - SGCMS/UFRJ

Senado lembra uma década de cotas raciais

Em audiência pública no dia 19 de setembro, senadores, militantes e especialistas debateram os dez anos do sistema de cotas raciais para ingresso em universidades públicas. A conclusão dos participantes dessa reunião da CDH foi unânime: depois de uma década, a ação afirmativa mostrou ser bem-sucedida ao promover significativa e relevante inclusão da população negra no ensino superior público.

Na avaliação dos participantes do debate, as ações afirmativas são um instrumento legítimo para a busca da "igualdade material" preconizada pela Constituição de 1988. Eles também argumentaram a favor de programas como o Prouni e o Fies, que proporcionam o acesso ao ensino superior a parcelas populacionais que historicamente ficaram de fora das universidades. Paulo Paim (PT-RS), Marinor Brito (PSOL-PA) e Paulo Davim (PV-RN) destacaram a importância das ações afirmativas e elogiaram a trajetória de luta dos militantes do movimento negro presentes à reunião.

Segundo o diretor executivo da ONG Educafro, frei David Santos, 160 instituições públicas de ensino superior já adotam algum tipo de ação afirmativa, totalizando cerca de 330 mil cotistas, sendo 110 mil deles afrodescendentes.

Luta por ações afirmativas no país vem desde os anos 1930

A discussão sobre ações afirmativas no âmbito educacional não é recente no país. Já nos anos 1930, vários grupos pediam políticas para garantir o direito da população negra à educação. Nas décadas seguintes, o movimento negro manteve suas reivindicações. Com destaque, nos anos 1960, para o debate sobre desigualdades sociais, e, a partir do final dos anos 1970, para o acesso à educação.

Nos anos 1980, surgiram cursinhos pré-vestibulares para estudantes carentes e negros. Mas foi no final dos anos 1990 que o Brasil intensificou a experiência de ações afirmativas no ensino superior, consolidadas entre 2001 e 2004.

As primeiras instituições a adotarem cotas foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). Por meio

de leis estaduais, instituíram cotas sociais para alunos de escola pública, em 2000, e cotas raciais para negros e indígenas, em 2001. A iniciativa desencadeou uma série de ações semelhantes na maioria das universidades públicas.

As instituições estaduais adotaram as cotas a partir de leis estaduais, enquanto nas universidades federais a decisão ficou a cargo de seus conselhos superiores. Nas

universidades criadas recentemente, a exemplo da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), o ato de criação já contemplava as cotas.

Em todo o processo, chama a atenção a diversidade dos formatos, com vinculação ou não entre cota social e cota racial, bem como a adoção do sistema de reserva de vaga, de vaga suplementar ou de bonificação para alunos de escolas públicas e (ou) negros.

Em alguns estados, sistema já vale para concursos públicos

Algumas regras de concursos públicos podem variar conforme o estado desde que estejam amparadas em lei e de acordo com a Constituição e normas gerais estabelecidas pela União, quando for o caso. Assim, a reserva de vagas para pessoas com deficiência pode ter percentuais diferentes, e cotas para negros ou indígenas podem constar em editais de algumas partes do país e não em outras.

A Lei 8.112/90, que rege o servidor público civil federal, determina que sejam reservadas até 20% das vagas oferecidas em concurso público para pessoas com deficiência, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. Mas foi o Decreto 3.298/99 que definiu o percentual mínimo de 5%, ao regulamentar a Lei 7.853/89, que deve ser aplicada em todo o país.

Com o passar do tempo, as normas de proteção às pessoas com deficiência vão se consolidando. O Decreto 6.944/09, que estabelece normas gerais relativas a concurso público, repete a exigência estabelecida no Decreto 3.298/99, no sentido de constar do edital o número de cargos ou empregos

reservados às pessoas com deficiência e os critérios para sua admissão.

Vale ressaltar que tais critérios não se aplicam a cargo ou emprego público que exija aptidão plena do candidato, como no caso de concurso para agente da polícia.

Direção semelhante adotou o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, por meio da adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa que visem à proteção aos direitos fundamentais, tais como saúde, educação, moradia e trabalho, entre outros.

Em seu artigo 39, o estatuto estabelece que "o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas, visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público", mas não define o tipo de ação a ser adotada. Ou seja, não estabelece cotas. Esse detalhamento ficará a cargo de legislação específica.

Vestibulares têm variações de critérios para os cotistas

Para fazer o vestibular pelo sistema de cotas, a primeira atitude é a leitura do edital, já que cada universidade tem critérios específicos. A maioria exige que o candidato responda, na inscrição, se concorre no sistema universal (comum) ou no de cotas.

O segundo passo é verificar se as cotas são raciais ou sociais. As raciais destinam-se a negros e pardos. As universidades podem reservar vagas para os de melhor pontuação ou conceder bonificação na nota. Já as cotas sociais reservam vagas a candidatos de escola pública, de baixa renda, com deficiência, indígenas e até para filhos de policiais,

bombeiros e inspetores de segurança e administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Algumas universidades adotam os dois sistemas e até cruzam os dados, bonificando três vezes quem é negro, de baixa renda e advindo de escola pública.

Os comprovantes para atestar a situação de cotista variam. Para negros, algumas universidades pedem declaração de próprio punho do candidato afirmando pertencer à raça. Outras exigem fotos e entrevistas. Para pessoas com deficiência, normalmente pede-se registro médico, e para índios, declaração da Funai.

Saiba mais

Lei de Cotas: <http://bit.ly/LeiCotas>

Estatuto da Igualdade Racial: <http://bit.ly/IgualdadeRacial>

A Lei de Cotas em perguntas e respostas: <http://bit.ly/PerguntasCotas>

Lei 8.213/91 (artigo 93) – vagas no mercado para pessoas com deficiência: <http://bit.ly/LeiPrevidencia>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM
WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL